

METALIZZA ENGENHARIA E FABRICAÇÃO LTDA

CNPJ 50.213.686/0001-77 – NIRE 31213983368

MATRIZ DE RISCOS JURÍDICOS E DE COMPLIANCE

Identificação, avaliação e tratamento dos riscos da operação

Identificação	Dados
Código do documento	MAT-MTZ-004
Revisão	00 – versão inicial
Data de emissão	__/__/____
Elaboração	Assessoria Jurídica externa – Direito Empresarial e Compliance
Aprovação	Rodrigo Bertulucci Vilas Boas – Sócio-Administrador
Vigência	Imediata, a partir da aprovação, por prazo indeterminado
Revisão programada	Anual ou sempre que houver alteração relevante de contexto, estrutura ou legislação
Classificação	Documento interno de divulgação obrigatória; a versão pública poderá ser disponibilizada a clientes, órgãos de controle e comissões de licitação

Sumário

1. Objetivo e alcance
2. Metodologia de avaliação
3. Critérios de probabilidade e de impacto
4. Escala de criticidade e apetite ao risco
5. Fontes de informação utilizadas
6. Matriz de riscos por categoria
7. Mapa de calor – riscos de criticidade alta e extrema
8. Plano de ação consolidado
9. Monitoramento e revisão

1. Objetivo e alcance

Identificar, analisar, avaliar e definir o tratamento dos riscos jurídicos, regulatórios, operacionais, ambientais e reputacionais a que está exposta a METALIZZA ENGENHARIA E FABRICAÇÃO LTDA, em razão de suas atividades de fabricação de caldeiraria pesada, montagem industrial, manutenção de máquinas e equipamentos, engenharia e içamento de cargas, executadas em sua sede e nas instalações de clientes.

Esta matriz integra o Programa de Integridade e Compliance (PIN-MTZ-001) e atende ao parâmetro de gestão de riscos previsto no art. 57, V, do Decreto nº 11.129/2022.

2. Metodologia de avaliação

Adota-se metodologia semiquantitativa, em que o Nível de Risco Inerente (NR) resulta do produto entre a Probabilidade (P) e o Impacto (I), ambos avaliados em escala de 1 a 5:

NR = P × I – resultando em valores de 1 a 25, classificados em quatro faixas de criticidade.

Para cada risco são indicados: causas, consequências potenciais, controles atualmente existentes, avaliação, tratamento proposto, responsável e prazo. O risco residual esperado corresponde à classificação prevista após a implementação integral do tratamento.

3. Critérios de probabilidade e de impacto

Nível	Probabilidade (P)	Impacto (I)
1 – Muito baixo	Evento raro; sem histórico no setor ou na empresa	Efeito desprezível; sem consequência jurídica, financeira ou operacional relevante
2 – Baixo	Pouco provável; possível em circunstâncias excepcionais	Efeito pontual; custo baixo, resolução interna, sem repercussão externa
3 – Médio	Possível; há histórico no setor ou vulnerabilidade identificada	Efeito relevante; autuação, reclamação trabalhista, retrabalho, custo moderado
4 – Alto	Provável; controles inexistentes ou frágeis diante de exposição frequente	Efeito grave; interdição, multa expressiva, perda de cliente, dano reputacional
5 – Muito alto	Quase certo se não houver intervenção; exposição contínua e sem controle	Efeito crítico; óbito ou lesão grave, ação penal ou de improbidade, inviabilidade operacional

4. Escala de criticidade e apetite ao risco

Faixa (NR)	Criticidade	Postura da empresa
1 a 4	Baixa	Risco aceito; monitoramento de rotina
5 a 9	Moderada	Risco tolerado com controles; tratamento em até 12 meses
10 a 15	Alta	Risco não tolerado; tratamento prioritário em até 6 meses, com responsável designado
16 a 25	Extrema	Risco inaceitável; tratamento imediato, em até 90 dias, com acompanhamento direto da Diretoria

Declaração de apetite ao risco

A Metalizza declara apetite nulo para riscos relacionados à vida e à integridade física de pessoas, à falsidade de registros técnicos e à corrupção. Nessas três categorias, nenhum nível de risco residual acima de “moderado” será considerado aceitável, e a mitigação prevalece sobre considerações de custo ou de prazo.

5. Fontes de informação utilizadas

- Contrato social consolidado (quarta alteração, registrada na JUCEMG em 04/12/2025) e comprovante de inscrição no CNPJ.
- Questionário de diagnóstico respondido pela Diretoria da empresa.
- Informações sobre atividades desenvolvidas, quadro de pessoal, carteira de clientes, fornecedores, prestadores e subcontratados.
- Histórico informado de sinistralidade: uma Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) emitida; ausência de processos judiciais, autuações ou reclamações trabalhistas até a data do diagnóstico.
- Situação declarada dos documentos de segurança e saúde do trabalho: PGR e PCMSO em atualização por assessoria especializada, com incorporação das exigências da NR-01.
- Percepção da Diretoria quanto aos cinco eventos de maior potencial lesivo: acidente grave, falha estrutural, acidente em içamento, fraude e problema ambiental.

A ausência de histórico de litígios reflete, em grande medida, o curto tempo de operação da sociedade, constituída em abril de 2023, e não deve ser interpretada como ausência de exposição. Os prazos prescricionais trabalhistas, ambientais e tributários ainda estão em curso.

6. Matriz de riscos por categoria

6.1. Segurança e saúde do trabalho

ID	Risco	Causas / vulnerabilidades	Consequências potenciais	P	I	NR	Nível	Controles existentes e tratamento proposto
SST-01	Acidente de trabalho grave ou fatal em atividade de içamento, montagem ou trabalho em altura	Atividade de alto risco; execução em instalações de terceiros; PGR e PCMSO em atualização; treinamentos de NR a consolidar; ausência de procedimento formal de resposta a emergência	Óbito ou lesão grave; interdição da atividade; autuação e embargo pela Auditoria-Fiscal do Trabalho; ação de regresso do INSS; ação de indenização por danos morais e materiais; inquérito civil pelo MPT; responsabilização criminal de gestores; rescisão contratual pelo cliente	4	5	20	EXTREMO	Existente: fornecimento de EPI com ficha biométrica; seguro de vida; PGR e PCMSO em atualização. Tratar: concluir PGR/PCMSO com plano de ação NR-01; matriz de treinamentos por função (NR-11, NR-12, NR-13, NR-18, NR-33, NR-35) com controle de validade; permissão de trabalho e análise preliminar de risco documentadas; plano de resposta a emergências e simulados; auditoria periódica de campo
SST-02	Ausência de comprovação documental de treinamentos, ASO e entrega de EPI	Controles parcialmente informais; documentação repartida entre a contabilidade e a empresa	Presunção contrária em reclamação trabalhista e em ação de indenização; autuação; reprovação em auditoria de cliente	4	4	16	EXTREMO	Existente: ficha de EPI com biometria. Tratar: prontuário digital por empregado com ASO, certificados de treinamento, fichas de EPI e ordens de serviço de segurança (NR-01), com backup e responsável designado
SST-03	Reclamação trabalhista por adicional de insalubridade ou periculosidade, horas extras e verbas rescisórias	Atividade metalúrgica com agentes físicos e químicos; jornada variável conforme demanda de contratos; ausência de regulamento interno	Condenação com reflexos; passivo estimado por empregado; risco de ação coletiva; custo de sucumbência	4	3	12	ALTO	Existente: controle de ponto por reconhecimento facial; enquadramento sindical no STIMMEU. Tratar: laudo técnico de insalubridade e periculosidade (LTCAT/PPP); revisão do enquadramento de funções; auditoria de folha e de banco de horas; conformidade com a CCT vigente
SST-04	Responsabilidade solidária ou subsidiária por irregularidade de empresa subcontratada	Uso de prestadores e terceiros em montagem e serviços; ausência de rotina formal de fiscalização documental	Condenação subsidiária ou solidária; retenção de pagamentos pelo cliente; exclusão de cadastro de fornecedores	4	4	16	EXTREMO	Tratar: procedimento de homologação e fiscalização mensal de terceiros (folha, GFIP/FGTS Digital, guias, ASO, treinamentos); cláusula contratual de integridade e de responsabilidade; retenção contratual de garantia; checklist de liberação de acesso à obra

6.2. Operacional, técnico e de qualidade

ID	Risco	Causas / vulnerabilidades	Consequências potenciais	P	I	NR	Nível	Controles existentes e tratamento proposto
OPE-01	Falha estrutural em produto ou serviço entregue (estrutura metálica, vaso, tanque, caldeira)	Ausência de certificação ISO 9001; controle de qualidade não formalizado em sistema documentado; ausência de auditorias externas	Acidente com vítimas; paralisação de planta do cliente; responsabilidade civil por vício e por fato do produto; responsabilidade penal; perda definitiva do cliente	3	5	15	ALTO	Existente: Diretoria de Qualidade constituída. Tratar: plano de inspeção e ensaios por contrato; rastreabilidade de material com certificado de qualidade; qualificação de procedimentos e de soldadores; registro de não conformidades e ações corretivas; data book de entrega; avaliação de certificação ISO 9001
OPE-02	Acidente durante içamento de peças e equipamentos	Operação crítica com cargas de grande porte; dependência de equipamento e de operador possivelmente terceirizado; plano de rigging nem sempre formalizado	Óbito ou lesão; dano ao patrimônio do cliente; interdição; responsabilização civil e criminal	3	5	15	ALTO	Tratar: plano de içamento (rigging plan) assinado por profissional habilitado para cada operação crítica; inspeção e certificação periódica de cabos, cintas, manilhas e acessórios com registro; habilitação e treinamento de operadores e sinaleiros; isolamento de área; verificação da apólice do prestador de içamento
OPE-03	Atraso na entrega ou execução em desconformidade com a especificação	Oscilação do quadro de pessoal conforme demanda; dependência de fornecedores de aço; fluxo comercial não formalizado	Multas contratuais; retenção de pagamento; glosa; perda de cliente; litígio contratual	3	3	9	MODERADO	Tratar: formalização do fluxo comercial (orçamento, aprovação, contrato/pedido, execução, entrega, faturamento); cláusulas de prazo, reequilíbrio e força maior; controle de capacidade produtiva; registro formal de alterações de escopo
OPE-04	Dependência de fornecedor crítico de matéria-prima ou de prestador especializado	Concentração de fornecimento de aço e de serviços de montagem em poucos parceiros	Paralisação de produção; atraso; elevação de custo; inadimplemento perante o cliente	3	3	9	MODERADO	Tratar: cadastro de fornecedores alternativos homologados por item crítico; estoque mínimo de segurança para itens de longo prazo de entrega; cláusula de fornecimento com prazo e penalidade

6.3. Ambiental

ID	Risco	Causas / vulnerabilidades	Consequências potenciais	P	I	NR	Nível	Controles existentes e tratamento proposto
AMB-01	Descarte irregular de resíduos industriais (sucata, óleos, solventes, tintas, embalagens contaminadas, resíduos de solda)	Ausência de procedimento formal de gestão de resíduos e de verificação de licença dos receptores	Autuação e multa administrativa; responsabilização penal (Lei nº 9.605/1998); obrigação de reparação; dano reputacional perante clientes do setor de mineração	3	4	12	ALTO	Tratar: inventário de resíduos e plano de gerenciamento; contratação exclusiva de receptores licenciados com verificação de validade da licença; guarda dos manifestos de transporte e certificados de destinação; verificação da regularidade das licenças ambientais da sede
AMB-02	Vazamento, derramamento ou emissão irregular em instalação de cliente	Atividade executada em plantas industriais de terceiros, inclusive do setor de mineração; ausência de protocolo de emergência	Responsabilização solidária; paralisação da obra; acionamento contratual pelo cliente; exposição pública	2	4	8	MODERADO	Tratar: protocolo de contenção e comunicação imediata; kit de emergência ambiental nas frentes de serviço; integração aos planos de emergência do cliente; treinamento das equipes de campo

6.4. Anticorrupção, licitações e relacionamento institucional

ID	Risco	Causas / vulnerabilidades	Consequências potenciais	P	I	NR	Nível	Controles existentes e tratamento proposto
ANT-01	Prática de ato lesivo à Administração Pública por empregado ou por terceiro, em benefício da empresa	Intenção de iniciar participação em licitações; ausência, até a implantação deste Programa, de política anticorrupção, treinamento e diligência de terceiros	Responsabilização objetiva da pessoa jurídica; multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto; publicação extraordinária da decisão; inscrição no CEIS/CNEP; impedimento de licitar; responsabilização criminal dos envolvidos	2	5	10	ALTO	Tratar: Política Anticorrupção (POL-MTZ-003); treinamento obrigatório antes de cada certame; registro de interações com agentes públicos; due diligence reforçada de terceiros; alçadas e dupla aprovação; cláusula contratual de integridade
ANT-02	Fraude ou combinação em processo licitatório ou em cotação de cliente privado	Pressão comercial; ausência de controle documental sobre a formação de preços	Nulidade do certame; sanções da Lei nº 14.133/2021; infração à ordem econômica; responsabilização criminal	2	5	10	ALTO	Tratar: vedação expressa e documentada de contato com concorrentes; composição de custos arquivada; declaração de elaboração independente de proposta; segregação entre quem cota e quem aprova
ANT-03	Uso indevido de brindes e cortesias como instrumento de influência	Prática habitual de entrega de brindes personalizados a clientes e fornecedores, sem política formal de limites e registro	Enquadramento como vantagem indevida; reprovação em auditoria de cliente multinacional; sanção contratual	3	3	9	MODERADO	Existente: prática limitada a itens de baixo valor com a marca da empresa. Tratar: limites, vedações e registro conforme o Código de Ética (item 11) e a Política Anticorrupção (item 10); rubrica contábil específica; vedação em período de negociação, auditoria ou certame

6.5. Contratual, comercial e financeiro

ID	Risco	Causas / vulnerabilidades	Consequências potenciais	P	I	NR	Nível	Controles existentes e tratamento proposto
CON-01	Ausência ou fragilidade de instrumentos contratuais com clientes, fornecedores e subcontratados	Modelos contratuais não padronizados; fluxo comercial informal; contratação por pedido ou ordem de serviço sem cláusulas de proteção	Insegurança sobre escopo, prazo, reajuste e responsabilidade; dificuldade de cobrança; assunção de riscos do cliente; ausência de limitação de responsabilidade	4	4	16	EXTREMO	Tratar: minutas-padrão para fabricação, montagem, manutenção e içamento, com cláusulas de escopo, prazo, aceitação, garantia, limitação de responsabilidade, seguro, subcontratação, integridade, LGPD, rescisão e foro; check-list de análise de contratos de cliente antes da assinatura
CON-02	Inadimplência relevante de cliente	Concentração da carteira em poucos clientes de grande porte; ciclo longo entre execução e faturamento	Comprometimento do fluxo de caixa; dificuldade de honrar folha e fornecedores; necessidade de crédito oneroso	3	4	12	ALTO	Tratar: análise de crédito prévia; cronograma de medição e faturamento por etapa; garantias contratuais; política de cobrança com marcos definidos; acompanhamento de recebíveis
CON-03	Assunção de obrigações e riscos por meio de contratos-padrão de clientes multinacionais	Poder de negociação assimétrico; ausência de análise jurídica prévia sistemática	Multas desproporcionais; indenização sem limite; foro e lei desfavoráveis; obrigações de compliance de difícil cumprimento	4	3	12	ALTO	Tratar: análise jurídica obrigatória antes da assinatura; mapa de obrigações contratuais por contrato; matriz de responsabilidades; verificação da capacidade real de cumprimento das exigências de integridade e de SST impostas pelo cliente

6.6. Societário, tributário e regulatório

ID	Risco	Causas / vulnerabilidades	Consequências potenciais	P	I	NR	Nível	Controles existentes e tratamento proposto
SOC-01	Divergência entre a estrutura societária registrada e a estrutura de direção efetivamente praticada	A quarta alteração contratual, registrada na JUCEMG em 04/12/2025, formalizou a retirada de dois sócios que permanecem exercendo funções de direção operacional e de qualidade, sem vínculo societário e sem formalização documentada do novo enquadramento	Insegurança quanto a poderes de representação; risco trabalhista e previdenciário quanto à natureza do vínculo; questionamento em auditoria e em habilitação licitatória	4	3	12	ALTO	Tratar: formalização imediata do vínculo dos diretores não sócios (contrato de trabalho, contrato de administrador ou instrumento próprio) com definição de atribuições, remuneração e poderes; atualização do organograma; procurações com poderes delimitados; conferência da grafia dos nomes nos documentos internos em face do contrato social
SOC-02	Perda do enquadramento como empresa de pequeno porte por crescimento de receita	Cláusula décima primeira do contrato social declara não excedência do limite do art. 3º, II, da LC nº 123/2006; expansão da carteira pode superar o teto	Exclusão do regime; recolhimento retroativo de tributos; multas; necessidade de alteração contratual	3	3	9	MODERADO	Tratar: monitoramento mensal do faturamento acumulado pela contabilidade, com alerta ao atingir 80% do limite; planejamento tributário prévio; atualização contratual tempestiva

ID	Risco	Causas / vulnerabilidades	Consequências potenciais	P	I	NR	Nível	Controles existentes e tratamento proposto
SOC-03	Ausência de licenças, alvarás ou registros técnicos exigíveis (inclusive ART/RRT e registro no CREA)	Atividade de engenharia e execução de serviços regulamentados; ausência de controle centralizado de vencimentos	Embargo; multa; nulidade de contrato; impedimento de habilitação em licitação	3	4	12	ALTO	Tratar: inventário de licenças, alvarás, AVCB, registro no CREA e responsável técnico; controle de validade com alertas; emissão de ART para todo serviço de engenharia

6.7. Proteção de dados, tecnologia e informação

ID	Risco	Causas / vulnerabilidades	Consequências potenciais	P	I	NR	Nível	Controles existentes e tratamento proposto
LGP-01	Tratamento de dados biométricos e de reconhecimento facial sem base legal documentada, política interna e medidas de segurança	Uso de biometria para ficha de EPI e de reconhecimento facial para controle de ponto; ausência de política, de aviso de privacidade e de registro das operações de tratamento	Sanções da ANPD, incluindo multa de até 2% do faturamento limitada a R\$ 50 milhões por infração; ação de indenização individual e coletiva; reprovação em auditoria de cliente	4	4	16	EXTREMO	Tratar: mapeamento de dados e registro das operações de tratamento; definição de base legal e avaliação da alternativa menos invasiva ao dado biométrico; aviso de privacidade a empregados e candidatos; política de segurança da informação e de retenção; contratos com operadores (contabilidade, empresa de alarme e câmeras, provedores de sistema); designação de encarregado; plano de resposta a incidentes
LGP-02	Vazamento, sequestro (ransomware) ou perda de dados e de projetos	Ambiente Microsoft 365 sem política formal de acesso e de backup verificada; dados de projetos e desenhos de clientes armazenados em nuvem; sistema financeiro em implantação	Interrupção operacional; perda de projetos e de histórico; violação de sigilo contratual com clientes; comunicação obrigatória à ANPD e aos titulares; dano reputacional	3	4	12	ALTO	Tratar: autenticação multifator; política de perfis e revogação de acesso no desligamento; rotina de backup com teste de restauração; criptografia de dispositivos; acordo de confidencialidade com colaboradores e terceiros; plano de resposta a incidentes com prazo de comunicação à ANPD
LGP-03	Cláusulas de proteção de dados exigidas por clientes sem capacidade interna de cumprimento	Clientes multinacionais tendem a impor obrigações de segurança e de auditoria; a empresa declara não possuir, hoje, cláusulas dessa natureza em contrato	Inadimplemento contratual; penalidades; impedimento de homologação como fornecedor	3	3	9	MODERADO	Tratar: adequação prévia dos controles mínimos; análise jurídica das cláusulas antes da assinatura; negociação de prazos de implementação

6.8. Pessoas, conduta e fraude interna

ID	Risco	Causas / vulnerabilidades	Consequências potenciais	P	I	NR	Nível	Controles existentes e tratamento proposto
FRA-01	Fraude interna: desvio de material e sucata, superfaturamento, conluio com fornecedor, pagamento a fornecedor fictício	Concentração de poderes de compra e de pagamento em dois sócios sem segregação formal; ausência de alçadas escritas, de canal de denúncias e de auditoria; alto valor de mercado da sucata metálica	Perda patrimonial; distorção de custos; responsabilização de administradores; conflito societário	3	4	12	ALTO	Tratar: tabela formal de alçadas e dupla aprovação; segregação entre requisição, aprovação, recebimento e pagamento; controle de pesagem e de destinação de sucata com nota fiscal; conciliação periódica; canal de denúncias; auditoria amostral anual
FRA-02	Assédio moral ou sexual e conflitos interpessoais não tratados	Relacionamento interno descrito pela Diretoria como distante e sem regras; ausência de regulamento interno e de canal de denúncias; ausência de programa de prevenção ao assédio	Reclamação trabalhista com dano moral; ação civil pública; adoecimento e afastamento; passivo de risco psicossocial exigido pela NR-01	3	4	12	ALTO	Tratar: Código de Ética (item 6); canal de denúncias; regulamento interno; treinamento de gestores; inclusão dos riscos psicossociais no PGR, conforme a atualização da NR-01; política de prevenção e enfrentamento do assédio

ID	Risco	Causas / vulnerabilidades	Consequências potenciais	P	I	NR	Nível	Controles existentes e tratamento proposto
FRA-03	Aplicação desigual ou não documentada de medidas disciplinares	Medidas aplicadas pela Diretoria Operacional mediante consulta e emissão de documento pela contabilidade, sem procedimento escrito, critério de proporcionalidade e registro padronizado	Reversão de justa causa em juízo; alegação de perdão tácito e de tratamento discriminatório; dano moral	4	3	12	ALTO	Tratar: procedimento disciplinar formal (CAN-MTZ-005) com prazos de imediatidade, gradação, registro e recibo; matriz de proporcionalidade; arquivamento no prontuário; análise jurídica prévia nas dispensas por justa causa
FRA-04	Perda de conhecimento crítico e dependência de pessoas-chave	Estrutura enxuta; concentração do conhecimento técnico e comercial em poucos indivíduos; saída recente de dois sócios da estrutura societária	Descontinuidade operacional; perda de relacionamento com clientes; dificuldade de sucessão	3	3	9	MODERADO	Tratar: documentação de procedimentos críticos; formação de substitutos; acordo de confidencialidade e de não aliciamento; plano de sucessão previsto no Plano de Contingência

7. Mapa de calor – riscos de criticidade alta e extrema

Prioridade	ID	Risco	NR	Nível	Prazo máximo de tratamento
1	SST-01	Acidente de trabalho grave ou fatal	20	EXTREMO	90 dias
2	SST-02	Falta de comprovação documental de SST	16	EXTREMO	90 dias
3	SST-04	Responsabilidade por irregularidade de subcontratada	16	EXTREMO	90 dias
4	CON-01	Fragilidade dos instrumentos contratuais	16	EXTREMO	90 dias
5	LGP-01	Biometria e reconhecimento facial sem conformidade à LGPD	16	EXTREMO	90 dias
6	OPE-01	Falha estrutural em produto ou serviço	15	ALTO	6 meses
7	OPE-02	Acidente em içamento	15	ALTO	6 meses
8	SST-03	Passivo trabalhista (insalubridade, periculosidade, jornada)	12	ALTO	6 meses
9	AMB-01	Descarte irregular de resíduos	12	ALTO	6 meses
10	CON-02	Inadimplência relevante de cliente	12	ALTO	6 meses
11	CON-03	Contratos-padrão de clientes multinacionais	12	ALTO	6 meses
12	SOC-01	Divergência entre estrutura societária e direção efetiva	12	ALTO	60 dias
13	SOC-03	Licenças, alvarás e registros técnicos	12	ALTO	6 meses
14	LGP-02	Vazamento ou perda de dados e projetos	12	ALTO	6 meses
15	FRA-01	Fraude interna e desvio de sucata	12	ALTO	6 meses
16	FRA-02	Assédio e riscos psicossociais	12	ALTO	6 meses
17	FRA-03	Medidas disciplinares sem procedimento	12	ALTO	6 meses
18	ANT-01	Ato lesivo à Administração Pública	10	ALTO	6 meses
19	ANT-02	Fraude ou combinação em certame	10	ALTO	6 meses

8. Plano de ação consolidado

Nº	Ação	Riscos tratados	Responsável	Prazo
01	Concluir a atualização do PGR e do PCMSO, com plano de ação da NR-01, incluindo riscos psicossociais	SST-01, SST-02, FRA-02	Diretor Operacional, com a assessoria de SST	90 dias
02	Implantar matriz de treinamentos por função e prontuário digital de SST por empregado	SST-01, SST-02	Diretor Operacional	90 dias
03	Elaborar procedimento de homologação e fiscalização mensal de subcontratados	SST-04, ANT-01	Diretor Administrativo	90 dias
04	Elaborar minutas-padrão de contratos e check-list de análise de contratos de clientes	CON-01, CON-03, LGP-03	Assessoria jurídica externa	90 dias
05	Mapear dados pessoais e implantar as diretrizes iniciais de LGPD, com atenção à biometria e ao reconhecimento facial	LGP-01, LGP-02	Diretor Administrativo, com apoio jurídico	90 dias
06	Formalizar o vínculo e os poderes dos diretores não sócios e atualizar o organograma	SOC-01	Diretor Administrativo, com apoio jurídico	60 dias
07	Implantar o Canal de Denúncias e o procedimento de apuração interna	FRA-01, FRA-02, FRA-03, ANT-01	Responsável pela Integridade	60 dias
08	Aprovar formalmente a tabela de alçadas e a dupla aprovação de pagamentos	FRA-01, ANT-01	Diretoria	90 dias
09	Implantar plano de inspeção, rastreabilidade de material e registro de não conformidades	OPE-01	Diretor de Qualidade	6 meses
10	Instituir plano de içamento por operação crítica e inspeção certificada de acessórios	OPE-02	Diretor Operacional	6 meses
11	Elaborar plano de gerenciamento de resíduos e verificar licenças dos receptores	AMB-01, AMB-02	Diretor Operacional	6 meses
12	Elaborar laudos de insalubridade e periculosidade e revisar enquadramento de funções	SST-03	Assessoria de SST e contabilidade	6 meses
13	Elaborar o regulamento interno e as políticas de RH pendentes	FRA-02, FRA-03, SST-03	Diretor Administrativo, com apoio jurídico	6 meses
14	Inventariar licenças, alvarás, AVCB e registros técnicos, com controle de validade	SOC-03	Diretor Administrativo	6 meses
15	Implantar controle de pesagem e destinação de sucata com documentação fiscal	FRA-01, AMB-01	Diretor Operacional	6 meses
16	Realizar treinamento anticorrupção antes da primeira participação em licitação	ANT-01, ANT-02	Responsável pela Integridade	Antes do 1º certame

Nº	Ação	Riscos tratados	Responsável	Prazo
17	Realizar simulado do Plano de Contingência (cenário de acidente grave)	SST-01, OPE-02	Diretoria	8 meses
18	Avaliar a implantação de sistema de gestão da qualidade e certificação ISO 9001	OPE-01, OPE-03	Diretor de Qualidade	12 meses

9. Monitoramento e revisão

O Responsável pela Integridade acompanhará a execução do plano de ação e apresentará à Diretoria relatório semestral com o percentual de conclusão, os desvios e as justificativas. A matriz será revista anualmente e, obrigatoriamente, na ocorrência de acidente com afastamento ou óbito, de autuação, de início de participação em licitações, de alteração societária relevante, de mudança legislativa significativa ou de apuração interna que revele falha de controle.

As avaliações registradas nesta matriz refletem a situação declarada pela Diretoria na data do diagnóstico e devem ser revalidadas à medida que os controles forem efetivamente implantados, com registro do risco residual verificado.

Uberaba/MG, _____ de _____ de _____.

RODRIGO BERTULUCCI VILAS BOAS

Sócio-Administrador – Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO RESENDE DA PAIXÃO

Sócio – Diretor Comercial e Responsável pela Integridade